

A experiência do Centro Acadêmico de Psicologia da UFES e os lugares de formação do(s) sujeito(s) político(s).

The experience of the Academic Center of Psychology UFES and training places of the politicians subjects.

Pedro Henrique de Oliveira Carvalho; Maria Elizabeth Barros de Barros

Universidade Federal do Espírito Santo.

RESUMO:

Este artigo é um desdobramento da pesquisa de mestrado em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo, realizada no Centro Acadêmico Livre de Psicologia (CALPSI) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) entre 2011 e 2013. Investigou-se quais os modos de organização da Entidade e o que suas práticas colocavam em cena, bem como as reverberações e efeitos do fazer e da militância estudantil. Analisaram-se três episódios que atualizam princípios, como a autogestão, a democratização e a invenção de novos modos de organização nos movimentos sociais, expressando a emergência de personagens políticos motivados por uma ética da reflexão e análise, colocando as práticas do CALPSI em questão.

Palavras-chave: Movimento Estudantil; Personagem Político; Práticas Sociais.

ABSTRACT:

This article is an outgrowth of Research Masters in Psychology Institutional at the Federal University of Espírito Santo (UFES) held in Free Academic Center of Psychology (CALPSI) UFES between 2011 and 2013. Was investigated which of the modes of organization of the entity and that their practices bring to the game, as well as reverb and effects of outlet and student activism. Analyzes three episodes that are updated and principles such as self-management, democratization and the invention of new forms of organization of social movements, expressing the emergence of political actors motivated by ethical reflection and analysis, putting the practices of CALPSI in question.

Key-words: Student movement; Political character; Social practices.

Introdução

Este artigo é um desdobramento de uma pesquisa que surgiu de inquietações nascidas durante a participação em movimentos sociais de esquerda, em Minas Gerais, entre os anos de 2002 e 2010. Inicialmente, a pesquisa seria realizada com alguns segmentos dos movimentos sociais, tais como o movimento negro, o movimento ambiental e o movimento dos moradores de rua, envolvendo as manifestações do

Movimento Estudantil no ano de 2011, em Vitória/ES, organizadas em boa parte pelo Centro Acadêmico Livre de Psicologia (CALPSI) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Interessou-nos investigar como naquele ambiente descontraído e alegre, com paisagem diferente da de manifestações sociais mais tradicionais¹, ao som de palavras de ordem, surgiam manifestações políticas importantes.

Naquele momento, em vários lugares, eclodiam manifestações com táticas de luta que nos lembravam os anos de 1960, porém com contornos e especificidades próprias, pois eram movimentos descentralizados, sem líderes e sem vínculo com partidos políticos, o que nos provocava a repensar os sujeitos políticos. Com o “Ocupem a *Wall Street*”, nos Estados Unidos, o Movimento dos Indignados, na Espanha, o Zapatismo, no México, as greves gerais, na Grécia e em outros mais de noventa países, acalentava-se um sopro de esperança em nossos corações. As propostas de outras lutas, com bandeiras inusitadas, ainda não capturadas pelo capitalismo, foram trilhando em outra direção: o sujeito político dava sinais de que se estava reinventando.

As lutas rizomáticas, múltiplas, diversas, estavam sendo privilegiadas em detrimento das grandes revoluções, das grandes causas, dos grandes discursos. Resistências no cotidiano se atualizavam em processos de constituição de subjetividades outras, movimentos de singularização em diferentes dimensões.

Com esse objetivo recorreremos a referenciais bibliográficos sobre os Movimentos Estudantis, tais como ALBUQUERQUE (1977); ARAÚJO (2007); BORTOT: GUIMARAES (2008); CALIARI (2009); CANCIAN (2010); CARNEIRO (2011); CAVALARI (1987); FÁVARO (1995); FORACCHI (1977); MARTINS FILHO (1996); (1987); POERNER (1968), SOARES (1968). Em relação aos Movimentos sociais, fizemos uso dos trabalhos de HARVEY et al (2012); ARAÚJO (2000); BLISSETT (2001) CHIRISPINIANO (2002), CARVALHO (2001); GIDDENS (1996); GOHN (2003a), (2003b), (2008); GOSS: PRUDENCIO (2004); KLEIN (2002); LUDD (2002); MELUCCI (2001); PASSETTI (2003); REIS FILHO (2006); RIDENTI (1993), SADER (1988); SADER (1987), (2007); SHERER-WARREN (2006); TOURAINÉ (2006). Tais referências constituíram-se como nossos operadores conceituais.

Como método de abordagem, adotamos a cartografia, visando acompanhar as paisagens psicossociais em suas diferentes conexões, vivenciando, experimentando e criando territórios de análise (ROLNIK, 1989).

A investigação partiu de algumas questões: como têm se atualizado as práticas nos movimentos sociais nos tempos atuais?; como o CALPSI da UFES tem funcionado em meio a questões que o contemporâneo nos coloca?; o que essas práticas colocam em cena?

Ressalve-se, então, o caráter cartográfico que a pesquisa pretendeu seguir; caso contrário, seria ela mesma vítima daquilo de que pretendia afastar-se: a dificuldade de criar, de inventar mundos, a absolutização de verdades, a resistência do instituído em permanecer e em perseverar. Sua intenção foi olhar com olhos de estrangeiro, de viajante, de mensageiro, de guerreiro, de *pescador mineiro*².

A entrada em campo ocorreu em fins de 2011, quando começamos a dialogar com um aluno do Curso de Psicologia, membro do CALPSI da UFES, sobre a proposta da pesquisa. Em 2012, no início do semestre letivo, a proposta foi apresentada na primeira reunião da Entidade, realizada no dia 21 de março de 2012, ocasião em que os alunos presentes manifestaram grande interesse pela temática. A partir de então, passamos a acompanhar todas as reuniões ordinárias convocadas pelos alunos.

Decidimos frequentar o CALPSI a qualquer hora, em qualquer dia, assim como os alunos o faziam, entre uma aula e outra, de passagem, de “bobeira”. Não estabelecemos nem definimos datas em que estaríamos no CALPSI, mas foi estabelecido que aquele espaço poderia ser frequentado sempre que quiséssemos e que fosse necessário para o processo investigativo.

As visitas ao CALPSI aconteciam à medida que surgiam questões e/ou considerações importantes para a pesquisa, mas muitas delas ocorriam pelo prazer dos encontros proporcionados.

A cartografia como método de pesquisa-intervenção pressupõe uma orientação do trabalho do pesquisador que não se faz de modo prescritivo, por regras já prontas, nem com objetivos previamente estabelecidos (PASSOS e BARROS, 2012: 17). Assim, a pesquisa foi se constituindo passo a passo. Seus rumos iam em direção ao que do campo emanava, num processo de coengendramento de sujeito e campo de pesquisa. O diário de campo foi uma estratégia utilizada. Como afirmou Lourau em encontro realizado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), “tal técnica não se refere especificadamente à pesquisa, mas ao processo do pesquisar” (LOURAU, 1993: 51). Nesse sentido, o diário de campo foi um instrumento que tornou acessíveis informações preciosas, não contidas no dentro-texto ou grande texto. O diário é um instrumento marginalizado pela ciência tradicional, uma vez que considera e expõe as

implicações éticas do pesquisar. Essa não era nossa preocupação; muito ao contrário, considerávamos imprescindível uma análise das implicações produzidas no campo. “O método, assim, reverte seu sentido, dando primado ao caminho que vai sendo traçado, sem determinações ou prescrições de antemão dadas” (PASSOS e BARROS, 2012: 30).

Foram realizadas diversas entrevistas com os alunos do curso de psicologia que frequentavam o espaço do CALSPI. Dessas, três foram gravadas em áudio. Uma entrevista com uma professora do curso de psicologia e uma entrevista com um ex-aluno do curso, doutorando em Educação pela UFES, também foram gravadas em áudio.

Escolhemos três episódios que julgamos analisadores do CALPSI entre 2011 e 2013 para nossas análises, estabelecendo articulações com as entrevistas realizadas. Esses episódios foram escolhidos pela potência e relevância para o curso de psicologia e por trazerem à tona a discussão do *como* fazer movimento estudantil/movimentos sociais e a possibilidade de subjetivações outras, de *devires-militante* outros.

O CALPSI e os novos movimentos sociais

Quando falamos em movimentos sociais, vislumbramos num primeiro momento uma imagem que nos lança aos tradicionais paradigmas dos movimentos sociais no Brasil, que não datam mais que da década de 1970, como menciona Sader (1988). Quando iniciamos nossa pesquisa, tínhamos um leque de referenciais teóricos à nossa disposição, conforme já indicamos. Alguns foram mantidos; outros, colocados de lado; outros, inventados e experimentados, e tantos outros, em muitas direções possíveis, foram compondo essa cena.

Nesses estudos, encontramos algumas linhas que se conectaram às nossas, enquanto outras iam em direções opostas às que afirmamos como políticas inventivas e imanentes ao cotidiano. Alguns textos partiam de referenciais teóricos que apresentavam os movimentos sociais como um conceito endurecido e cristalizado, comumente chamado de “sociedade civil organizada”, como visto nos trabalhos de GOHN (2003a; 2003b; 2008). Alguns autores “bebiam” de certo marxismo, procurando classificá-lo e segmentá-lo dentro dos seus preceitos teóricos; outros advinham de escolas que se esquivavam a rotulá-los, sob qualquer circunstância.

Nossa discussão partiu de olhares que se entrecruzavam e se utilizavam dos referenciais de Foucault, Deleuze e Guattari, indo em direção aos trabalhos dos biólogos Maturana e Varela sobre a produção da realidade e do conhecimento.

Como já indicamos, uma ebulição de eventos e acontecimentos eclodiu por todo o Brasil em 2013, quando realizávamos a pesquisa. Movimentos descentrados, rizomáticos, lateralizados e autogestivos eram deflagrados e apontavam para a emergência de algo “novo”, ou nem tão “novo”. As propostas de tais movimentos foram constituindo-se em uma complexa rede da qual não sabemos quais são os pontos mais distantes ou próximos, movimentos desfigurativos-ruptivos que colocaram em questão os velhos paradigmas dos movimentos sociais tradicionais, com práticas e condutas totalitárias e representativas.

Os motivos que nos levaram a tomar o CALPSI como campo de pesquisa referem-se à sua inserção no contexto dos novos movimentos sociais deflagrados na época e suas práticas. Sader (1988) usou esse termo para designar os Movimentos Eclesiais de Base, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento Sindicalista vinculado ao Partido dos Trabalhadores (PT) na década de 1980. Torna-se necessário, então, uma distinção entre “Movimento Social”, “Novos Movimentos Sociais” e “‘Novos’ Novos Movimentos Sociais”.

Para Alberto Melucci (2001), os movimentos sociais são sinais, efeitos de uma sociedade que está para falecer. São mais que resultados das crises capitalistas, são a esperança das transformações que estão em curso, “falam à frente” (MELUCCI, 2001: 21). Para esse autor, os movimentos sociais do final da década de 90 em diante já não são os mesmos de outrora. Já não é possível mais falar de uma unidade de movimentos, de atores coletivos idealizados e totalizados de forma metafísica. Contemporaneamente os movimentos são múltiplos e diversos, as análises sobre os mesmos contêm formas de significar em redes e níveis complexos.

Quanto à pesquisa em movimentos sociais, o autor afirma que não se tem feito outra coisa senão refletir sobre o dualismo sistema-atores (Melucci, 2001: 159). Fazem-se análises quanto aos comportamentos dos atores envolvidos, suas causas e explicações.

Outro trabalho interessante é o de Alain Touraine (2006) que pergunta se ainda é possível manter o nome “movimentos sociais” no contemporâneo e define duas categorias: a dos movimentos sociais propriamente ditos, tal como o movimento proletário do período industrial, cujo objetivo era transformar características estruturais

da sociedade, como as classes e o modo de produção econômico, e os movimentos surgidos no seio dos movimentos sociais, aos quais ele chama de movimentos históricos ou culturais, que visam a uma mudança do sujeito, do ator político, do modo de fazer política. Esclarece ainda o autor o quanto é importante a definição de que movimento social se está a falar. Conclui que a necessidade de análise sociológica é mais importante que a observação das diferenças entre um e outro movimento, por mais que a categoria “movimentos sociais” esteja diluída pelos movimentos culturais e históricos.

Já a autora Maria da Glória Gohn (2003a, 2003b, 2008), cuja produção a respeito de movimentos sociais é ampla e para quem os movimentos sociais são, de forma sucinta, “ações sociais coletivas de caráter sócio-político e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas” (GOHN, 2003a: 13), faz um debate sobre movimentos sociais com uma espécie de análise detalhada das teorias sobre os movimentos sociais em sua obra *Teoria dos Movimentos Sociais*. Dividindo o livro em três partes, o paradigma norte-americano, o europeu e o latino-americano, ela expõe com clareza diferentes inspirações, influências e delimitações teórico-filosóficas sobre os movimentos sociais.

No que se refere ao modelo latino-americano, a autora diz que “sua colocação é mais estratégica do que real” (GOHN, 2008: 211), tendo em vista a grande quantidade de movimentos sociais existentes nesse hemisfério e a baixa quantidade de produção teorizada sobre eles. Gohn (2003b), no livro *História dos movimentos e lutas sociais*, faz um levantamento e registro historiográfico, onde faz menção e descreve duzentos anos de história dos movimentos sociais no Brasil.

No Brasil, os movimentos sociais ganharam corpo e força no início dos anos 50. Sader (1987: 8) considera que as “novas fisionomias” dos movimentos, construídas a partir dos anos 60 e 70, com a crise da ditadura militar vão ganhar contornos e traços de diversidade específicos do Brasil. Os movimentos feministas, urbanos, de negros, o sindical, as comunidades eclesiais de base, novos partidos, MST e CUT são a marca da transição democrática do país, os intitulados “novos movimentos sociais” (SADER, 1987). Tais movimentos deixaram rastros que, em tempos atuais, demarcam incisivamente a diversidade dos novos movimentos a partir da década de 80. É visível que o período entre o final da década de 1970 e o início da década seguinte é fundador de uma nova prática que inaugura os chamados *novos movimentos sociais*.

Aqui se faz necessária uma escolha epistemológica e política em relação ao uso do termo “movimentos sociais”: ou nos referimos aos movimentos posteriores à década de 1990, contemporâneos e atualizados como “*novos*” *novos movimentos sociais*, remetendo à noção de hipercontemporaneidade ou pós modernidade; ou apenas nos referimos aos atuais movimentos, marcados pelo descentramento político do sujeito e a radicalidade do fazer-ser, como *novos movimentos sociais*, compreendendo que essa última expressão, por si só, é o bastante. Como nossa finalidade nesse artigo não é tratar de uma conceituação do termo, mas sim publicizar e analisar possíveis práticas instituintes e inovadoras no fazer do CALPSI, optamos por nos referir aos atuais e contemporâneos movimentos sociais ainda mantendo a terminologia “novos movimentos sociais”. Surge, então, uma terceira opção: a necessidade de um aprofundamento nessa questão e a produção de outra terminologia-conceito que expresse essa novidade do efêmero e contemporâneo, sempre se esvanecendo.

O CALPSI apresentava-se com práticas em direção de movimentos tais como *Ocuppy Wall Street*, Indignados, Projeto Luther Blisset e Zapatismo, as manifestações no Brasil em junho e julho de 2013, entre muitos outros. Tais movimentos efetivavam práticas que convocavam outros modos de gestão, de relações, atentos às suas errâncias e à direção política de suas práticas, alinhados ao *ethos* político dos “*novos*” *novos movimentos sociais*.

Ao tomarem as praças, ruas e centros financeiros com atos políticos, os manifestantes, sem intermediação da representação, diziam: “Nós somos, nós fazemos, nós queremos”.

O Ocupem a *Wall Street* foi um marco inaugural de uma nova era da informação e dos movimentos sociais. A emergência de tal movimento remonta a um complexo quebra-cabeça de movimentos sociais históricos: de Seattle aos *Reclaim the Streets*, de “maio a Mao”, dos *Punks* e anarquistas aos hippies, do *Black Blocks*, do Panteras Negras, do Zapatistas ao MST, cada qual com sua história e singularidade, uma síntese proteica de uma equação sem resultados, apenas efeitos, desdobramentos de um assalto às instituições sem precedentes. Origens, emergências, urgências, a acampada produziu um deslocamento do olhar, uma rotação no sentido de se fazerem protestos.

Os movimentos sociais dos Ocupas, dos estudantes, dos Indignados na Espanha podem ser atravessados por algo que Deleuze e Guattari chamam de fluxos, de devires contínuos de invenção de outros modos de ser, de outras subjetividades, afirmando um certo *ethos* político que marca os diferentes acontecimentos. Cada qual, resguardadas

suas diferenças e singularidades, é atravessado pelo descentramento da dimensão política do fazer, é envolvido por uma dimensão política do cotidiano e das ações na reinvenção dos espaços individuados como políticos e singularizados.

O Zapatismo, assim como outros movimentos sociais aqui mencionados, procurou libertar alguns conceitos impregnados e sobrecodificados sobre participação social, sobre ser movimento social. Um dos pilares desconstruídos foi a noção de indivíduo, pois o Zapatismo, afirmando as diferenças, não apostava em alternativas políticas que não fossem construídas pelo coletivo, que não convocassem a participação de todos nas deliberações (COIMBRA; LEITÃO, 2009).

O modelo, os grandes discursos, a verdade absoluta, o instituído, eram questionados. As soluções referentes às questões que o Zapatismo enfrentava eram construídas por meio das práticas, através das experiências dos camponeses, dos estudantes, dos trabalhadores, dos guerrilheiros. Os velhos paradigmas clássico-ortodoxos foram colocados a escanteio para que outros possíveis fossem inventados. A ausência da necessidade do partido e a diretriz “faça você mesmo” rejeitavam a ideia da representatividade, da intermediação, colocando em prática a ação direta, o fazer-saber, como uma incisiva crítica ao domínio do saber pelo especialista.

Podemos dizer que tais movimentos emergiam diante do desenvolvimento desenfreado do capitalismo, como resposta e expressão dos anseios dos sujeitos, que se viam sufocados e ameaçados pela morte subjetiva, preocupados em repensar a política e em como fazer isso. Esses grupos, esses movimentos sociais articulavam diferentes referenciais em suas práticas, desde o anarquismo, o sindicalismo, o marxismo a outras influências que não se anulavam entre si, movimentos pautados na liberdade e na diversidade de pensamento.

Por fim, consideramos o CALPSI como um Movimento Estudantil e que, portanto, se incluiria na categoria de movimento social.

Para além do CALPSI: prelúdio a um personagem da diferença

Um analisador manifestação

O estudo não procurou fazer uma reconstituição histórica do CALPSI desde sua fundação até os dias atuais. O objetivo, ao recortar o período 2011-2013, foi analisar práticas desenvolvidas pela Entidade e estabelecer um diálogo com outros movimentos

sociais do mesmo período. Nessa direção, colocamos em questão algumas delas, que indicam formas de organização dos movimentos sociais hoje.

O Centro Acadêmico Livre de Psicologia Maria Clara da Silva tem esse nome em homenagem a Maria Clara da Silva, militante do Movimento dos Moradores de Rua. Entre 2000 e 2003, manifestações do CALPSI, simultâneas à luta por moradia para a população de rua do Espírito Santo e a protestos de outros setores do Movimento Estudantil por moradia na UFES, colocavam em debate os espaços públicos e suas destinações. Segundo o relato de alguns estudantes, naquele período o CALPSI desenvolvia uma intensa campanha com os professores pela destinação da Cédula Modular Universitária VI (CEMUNI VI) como espaço exclusivo do Curso de Psicologia. Em meio a essas lutas, os estudantes de Psicologia, em sua reformulação estatutária, decidiram homenagear uma militante histórica do Movimento dos Moradores de Rua, atribuindo seu nome à entidade.

É importante contextualizar a presença e inserção do CALPSI no movimento estudantil nacional de Psicologia. Conforme relato de integrantes do movimento estudantil de Psicologia, a Executiva Nacional de Estudantes de Psicologia (ENEP), na década de 1980, mantinha o modelo de organização com presença de direção, mas já se iniciava uma caminhada na direção ao modelo autogestivo. Na década de 1990 a guinada ocorre com maior intensidade, sendo, praticamente abolido o modelo de gestão diretiva. A partir de então, diversos Centros Acadêmicos de Psicologia vão adotar como diretriz política o modo autogestivo de seus processos, reverberando, obviamente, nas práticas, condutas e discussões que afetavam o CALPSI. Outro fato relevante a se destacar é a importância nacional do CALPSI para o movimento estudantil de Psicologia, tendo sido a sede e organizadora do Encontro Nacional de Estudantes de Psicologia de 2005, bem como membro da comissão organizadora de diversos outros encontros de estudantes de Psicologia.

Quando dizemos “prelúdio a um personagem diferente”, estamos nos referindo a personagens que convocam outros modos ainda não existentes de ser, personagens que ainda não criamos, mas estamos a criar, e não têm relação com a vanguarda pensante; muito menos se quer dizer que eles sejam os “primeiros e únicos” nessa direção. Esses personagens que o CALPSI nos convocava a pensar são personagens que colocam em questão modos de se organizar, modos de fazer política; são personagens que desconstróem paradigmas e, ao mesmo tempo, elaboram outros.

No dia 2 de junho de 2011, um grupo de aproximadamente cem alunos da UFES decidiu organizar uma manifestação em frente à Universidade, na Avenida Fernando Ferrari, em protesto à repressão sofrida por estudantes, alguns inclusive do Curso de Psicologia, na manhã daquele dia, na manifestação realizada em frente à sede do Governo Estadual contra os abusos ocorridos na retirada repressiva da população de Barra do Riacho, no município de Aracruz, no dia 18 de maio de 2011. Não houve diálogo com os estudantes por parte do Governo Estadual, que reprimiu a manifestação de forma bastante dura. Alguns foram presos e relataram terem sido agredidos por policiais. Após a repressão, à tarde, os estudantes se mobilizaram num protesto de apoio e solidariedade aos colegas, interditando a Avenida Fernando Ferrari, uma das principais avenidas de ligação entre Vitória e o norte do Estado. A repressão foi ainda mais violenta. O Batalhão de Missões Especiais (BME) da Polícia Militar foi acionado *para negociar* com os manifestantes. Armas não letais, como balas de borracha, gás lacrimogêneo e bombas de efeito moral foram alguns dos recursos utilizados no *diálogo* com os estudantes. Novamente a repressão militar e o aparato do Estado agiram para silenciar e reprimir as manifestações da população do estado do Espírito Santo.

No dia 3 de junho de 2011, ao retornarmos à Universidade, deparamo-nos com uma ampla mobilização e agitação política estudantil. No Restaurante Universitário, uma caixa de som foi colocada. Estudantes discursavam e convocavam outros a organizarem uma grande concentração em frente ao Teatro Universitário, às 17h.

A mobilização também acontecia nas redes sociais, acirrando os debates e acalorando o clima de tensão. Pesquisadores e estudantes de pós-graduação também estiveram presentes nessa mobilização. Em torno das 18h30min, entre cinco e dez mil estudantes, professores, pais de alunos, moradores, representantes de entidades sociais de direitos humanos e outras pessoas que passavam pelas ruas e também aderiram ao movimento fizeram uma passeata em protesto contra as violentas repressões policiais, contra a falta de diálogo com o Governo Estadual na luta pelos direitos humanos e a favor da redução da tarifa das passagens de ônibus, entre outras bandeiras. Acontecia uma das maiores passeatas estudantis da história do Estado até aquele momento. A beleza de uma manifestação potente e alegre, com tantas pessoas, dispensa comentários. Qualquer tentativa em descrevê-la não chegaria a esboçar um mínimo de sua intensidade.

Foi nesse clima de tensão, nesse período quente³, que a questão da pesquisa tomou força. Forjou-se, no bojo das contingências e das relações estabelecidas, a questão que norteou este estudo, e então modulamos o modo de colocar o problema, pensando não em termos dicotômicos (entre prática e discurso), mas em práticas que efetivamos, atentos ao modo como uma manifestação se propaga, contagia e se dá de forma única, fruto de uma relação lateralizada entre as pessoas. O que efetuavam, o que convocavam, em que se desdobravam, o que reverberavam, o que colocavam em questão essas práticas?

A porta de entrada

Quando o espaço para o CALPSI foi conquistado pelos estudantes, houve uma promessa de que haveria uma porta para o pátio interno do prédio do Curso de Psicologia. Havia duas portas no Centro, entretanto, e a que se abria para o pátio interno do prédio ficava trancada. A chave ficava com o Departamento de Psicologia, que não a cedia aos estudantes. Após anos de porta fechada, os alunos resolveram abri-la. Para tanto, trocaram a fechadura e inauguraram a velha porta como uma nova, como uma nova entrada e um novo momento na relação entre CALPSI e Curso de Psicologia. A sede, o espaço destinado ao Centro, contava agora com suas duas portas de entrada em funcionamento, uma voltada para o pátio interno do prédio, outra para a parte externa.

Não por acaso, a porta voltada para dentro do prédio estava fechada havia anos, e as pessoas já se haviam “esquecido” de que aquela porta se mantinha fechada expressando as relações instituídas que perpassavam a vida do Curso de Psicologia - relações de poder veladas e não ditas.

A professora Helena⁴, do Curso de Pós-Graduação em Psicologia Institucional e do Curso de Graduação em Psicologia da UFES, relatou-nos que a ação de abertura da porta foi um importante *analizador* do jogo de forças, do tensionamento entre diferentes atores e dos espaços políticos de circulação na Universidade.

O CALPSI colocou questões importantes com relação ao uso do prédio, isso continua como um embate até hoje. Não se resolveu a questão até hoje, quer dizer, ela está sendo ‘cozinha em banho-maria’, sendo enrolada... aquele negócio ali. Mas, por exemplo, eles tomaram uma atitude que, num primeiro momento... quer dizer, eu continuo preocupada. No primeiro momento, quando eles abriram esta porta para cá, eu estranhei. Quando eu cheguei aqui e vi que a porta estava aberta, eu estranhei e falei: ‘Caraca, o quê que é isso? Como é que vai ser esse negócio agora?’ Tem algumas coisas aqui que a gente precisa cuidar; isso aqui tem um patrimônio que é

público, ele não é meu, precisa ser cuidado. E, aí, como é que vai ficar essa história? (Informação verbal).⁵

Por muitos anos, certas relações estiveram pautadas por uma porta fechada. O ato de trocar a fechadura da porta pôs em questão as relações estabelecidas. Foi por meio dessa medida que a porta se tornou um *acontecimento-analisador* da relação alunos-Curso de Psicologia, alunos-Universidade.

O que o ato de abrir a porta nos está dizendo? Que os alunos do Curso de Psicologia estão reivindicando uma coconstrução das diretrizes político-pedagógicas do Curso? Que os estudantes afirmam autonomia para debater/intervir no espaço físico da Universidade? Que tipo de comunicação ou diálogo existia naquele instante entre coordenação, gestores do Curso e estudantes?

O CALPSI é um lugar de passagem, literalmente, entre Curso e Universidade, entre estudante e professor; é lugar de livre circulação entre as partes, entre as grandes questões do ensino público federal e as específicas dos alunos. O CALPSI é uma importante ferramenta para oxigenar e para fazer circular os diferentes discursos presentes na Universidade

De acordo com alguns estudantes do Curso de Psicologia, a relação de poder estabelecida naquele momento era verticalizada, de cima para baixo, sentido único, porta apenas de saída.

Para o aluno Lucas⁶, o debate entre os gestores do Curso de Psicologia quanto à questão da porta fechada ou aberta na verdade nunca acontecera, não por razões de segurança do CEMUNI VI, mas, sim, por uma imposição: a de que aquela porta deveria continuar fechada como sempre estivera.

Os espaços que a gente tentou discutir segurança neste Curso, os que a gente chamou, os que foram vindo de outras origens, os que estavam para além dos estudantes, outros personagens da vida do Curso, sujeitos do Curso... eles não discutiam segurança, eles discutiam fechar esta porta. Então, a questão da segurança é o que menos importa. Todas as propostas de segurança mais efetivas do que o portão, do que fechar a porta, colocar uma grade, que a gente sugeriu na época, nenhuma delas foi efetivada, nenhuma, nenhuma. Quando a discussão acontecia, a discussão era se ia ou não fechar a porta. (Informação verbal)⁷

Na opinião do estudante e de outros alunos do Curso, houve um silenciamento do discurso discente; o debate sobre a questão da segurança não foi tratado de forma dialógica, como se desejava. O discurso institucional de que a porta deveria ser mantida fechada para zelar pela segurança do patrimônio da Universidade e dos próprios alunos foi posto e enunciado em determinado momento pelos gestores e incorporado pelos

demais usuários do prédio. Em uma reunião do CALPSI em que estivemos presentes, foi possível perceber que parte dos alunos não concordava com a postura tomada por determinados professores.

A questão da porta disparou outros debates, como o uso dos espaços públicos, a segurança nas universidades, a circulação dos diferentes atravessamentos institucionais. A complexidade das questões envolvidas com a questão da abertura da porta colocou em análise as relações entre corpo discente-docente, provocadas por um tensionamento do tipo “sabe com quem está falando?”. Guattari e Rolnik (2005) apostam na diferença como geradora de novos tensionamentos. Então, como afirmar uma agonística na contramão de relações antagônicas entre professores e alunos?

O Coletivo Planta

Outro episódio destacado nesse período foi a proposta do *Coletivo Planta*, lançada por alunos do Curso de Psicologia, que surgiu da discussão a respeito do uso dos espaços públicos. Com a pretensão de se pensar tais espaços de modo articulado, conectando Universidade a outras dimensões da vida na cidade, e diante da insatisfação dos alunos quanto ao ambiente cinzento e morto dos espaços públicos, decidiu-se pela realização de um mutirão coletivo para plantação de uma horta na parte externa do CEMUNI VI, ao lado da porta de entrada do CALPSI. Nascia então o *Coletivo Planta*, baseado “[...] *nos princípios da autopoiese, da autorregulação, da autogestão, da sustentabilidade, um espaço de convivência social*”, conforme dito por um dos alunos.

As reuniões do Coletivo aconteciam à medida que surgiam questões a serem discutidas, ou por demanda de algum aluno. Seu funcionamento era pautado na autogestão⁸. As ferramentas utilizadas pelo grupo ficavam no espaço do CALPSI e eram emprestadas ou doadas ao Coletivo pelos próprios alunos. Apesar de as reuniões serem convocadas sempre que necessário, não havendo regularidade para isso, a horta era cultivada diariamente e seus produtos consumidos pelos próprios alunos. Durante o período em que frequentamos o CALPSI, aproximadamente dez alunos cultivavam a horta voluntariamente com regularidade e muitos outros se envolviam indiretamente. Assim como o Centro, a horta se tornou um lugar de trânsito dos alunos.

A mobilização feita pelos alunos para a permissão do cultivo da horta foi um instrumento de contestação quanto ao uso dos espaços da Universidade. As discussões disparadas no processo envolveram tanto os alunos quanto os professores e suscitaram

questionamentos, como “Por que não um projeto que articule um desprendimento dos alunos, um engajamento político, autonomia, autogestão, natureza e trabalho ao mesmo tempo?”

Dessa forma, o *Coletivo Planta* procurou, por meio de práticas autogestivas, produzir inflexão no entendimento de espaço público e do sentido de Universidade Pública. O Coletivo nos mostrou que é possível reinventar o uso que fazemos do espaço público, que é possível existir vida entre os blocos de concreto, que é possível uma gestão compartilhada e autogestiva.

O estudante Antônio⁹, do Doutorado em Educação e ex-militante estudantil do CALPSI, acredita que os movimentos sociais, de modo geral, se dão por redes de afetos, por afecções que dão sentido e vida aos movimentos.

Para mim, o movimento se dá muito por afeto, e afeto é uma palavra extremamente ruim para nós, muito complicada, muito desgastada. Mas afeto era o que... quando os alunos foram baleados por balas de borracha, houve uma mobilização gigantesca. Veja, isso não foi ideológico! ‘Ah! estamos todos concordando’: não, era uma coisa de afecção, de ser tomado por uma questão que você nem sabe exatamente o que é. Tinha gente que eu conversava, que estava dizendo assim; ‘Ah! são os alienados que vão na massa’. Eu discordo completamente disso; eram pessoas que estavam afetadas por alguma coisa que estava rolando, e as pessoas iam experimentado aquilo enquanto faziam (Informação verbal).¹⁰

Esse aluno parte dos pressupostos lançados pelo filósofo Spinoza, com base em certas definições:

Chamo de causa adequada aquela cujo efeito pode ser percebido clara e distintamente por ela mesma. Chamo de causa inadequada ou parcial, por outro lado, aquela cujo efeito não pode ser compreendido por ela só. [...]

Por afeto compreendo as afecções do corpo, pelas quais sua potência de agir é aumentada ou diminuída, estimulada ou refreada, e, ao mesmo tempo, as idéias e afecções[...]

O corpo humano pode ser afetado de muitas maneiras, pelas quais sua potência de agir é aumentada ou diminuída, enquanto outras tantas não tornam sua potência de agir nem maior nem menor (SPINOZA, 2010, p. 163).

O *Coletivo Planta* apostou na possibilidade de outro modo de relação e de ocupação do espaço político da Universidade e de formação acadêmica em Psicologia. A proposta de uma horta coletiva que fosse autogerida viabilizou um debate sobre natureza e meio ambiente, não alheio à formação acadêmica e inerente à condição humana.

E assim o CALPSI vai-se constituindo. Sua força está justamente na proposição de ser uma entidade autogestiva, ao invés de impor obrigações ou prescrições aos seus participantes. Por outro lado, considera que esse é o fio da navalha, pois corre-se o risco

da não participação, da não adesão dos estudantes. Como fazer, então? A proposta sustenta a entidade?

O aluno Lucas, quando questionado sobre qual seria a reação dos alunos participantes do CALPSI caso fosse proposta uma forma de funcionamento diferente da atual, esclareceu:

Rapaz, eu acho que muita gente vai resistir, tipo 'não queremos falar disso agora'. Eu já tentei em alguns momentos propor: 'Galera, vamos discutir estatuto, vamos refazer estatuto, não vamos fazer estatuto não, vamos colocar no papel qual é o funcionamento da gente para a gente ter clareza, ter uma noção'. A galera, nesse momento em que isso ocorreu, disse: 'A gente tem coisa mais importante para fazer'. Fui voto vencido. Eu não sei se tem pessoas que participariam do CALPSI se ele tivesse outro funcionamento, ou que não participam porque é assim. Não tem pessoa dizendo: 'Eu quero que o CALPSI funcione de outra forma'. Sinceramente, das experiências que eu já tive, se você chegar de sala em sala falando assim: 'Galera, se o CALPSI funcionar de outra forma, você participaria?' Várias pessoas diriam que sim, e não participariam".

Questionado quanto à compreensão dos estudantes sobre uma dicotomia entre vanguarda e massa estudantil, Lucas respondeu: *"Essa distinção vanguarda-base ela é real, ela existe, é muito fácil de ver em qualquer movimento social ou em boa parte deles."*

A distinção entre uma classe que deve governar e outra que deve ser governada está no cotidiano de muitos movimentos sociais, inclusive dos que se intitulam paradigma de esquerda.

Esses novos personagens, para os quais estamos chamando atenção, buscam caminhar na contramão dessa distinção. São personagens que, por meio da reflexão de suas práticas no cotidiano, na militância, convocam outros modos de ser-militante, um modo baseado em uma coconstrução. Esses personagens procuram eliminar de suas práticas um verticalismo e um centralismo e, ao invés de uma relação hierarquizada, buscam estabelecer uma relação lateralizada, onde as pessoas se colocam lado a lado, em que os compromissos, os objetivos do grupo devem ser coassumidos, coproduzidos numa relação de paridade, sem que isso queira dizer anulação das diferenças.

Esses movimentos, conforme Antônio expressa, talvez estejam mais voltados a uma política dos encontros, ao prazer de relacionar-se, a uma atenção aos afetos dispostos, do que a uma determinação moralista que define *a priori* o modo como as relações se devem efetivar em uma entidade ou coletivo. Para além da questão ideológica, entende-se que os movimentos sociais estão ligados por uma lógica da afecção, como bem nos lembra Antônio:

Quando se esquece essa lógica da afecção vai-se esmagando o que é criativo nos movimentos, o que cria e sustenta esses movimentos. O que é que eu falo de lógica da afecção? É, por exemplo, essa minha experiência no CALPSI, tem uma lógica de afecção ali. Até hoje eu falo com o Carlos, com a Maria, com o Rafael: ‘Sabe? tem ali uma história que se criou, um afeto que se compartilha entre nós, que extravasa essas pessoas que participaram.

Já Lucas questiona se os posicionamentos tomados pelo CALPSI são, efetivamente, construídos com a participação de todos, ou se são deliberações daqueles que estão à frente da Entidade, dos seus “líderes”: “*A gente chega num espaço de discussão achando que vai discutir muito um assunto, e todo mundo bota fé, ‘não é isso mesmo’? Aí eu não sei se isso é, realmente, porque todo mundo bota fé, ou se é porque a galera deixa a posição desse grupo que está à frente do CALPSI passar*”.

A delegação de uma decisão a outrem, a alguém que “represente” uma entidade, é uma prática que, em diferentes instâncias e instituições, é comum. A transferência, a delegação da responsabilidade por algo a outro, responsabilidade que, inclusive, em muitos casos, pode ser remunerada, é um modo de funcionamento representativo que “terceiriza” o processo e isenta os sujeitos de se posicionarem em relação às suas próprias decisões, conduzindo a um esvaziamento do espaço público.

Militância estudantil: lugar de formação-subjetivação

A subjetivação refere-se a “processos contínuos de produção de modos de vida, que tanto podem estar referidos à potência quanto à mortificação da vida humana em sua integralidade” (MACHADO; LAVRADOR, 2010, p. 119). Nessa perspectiva que aqui expomos, a subjetividade se constitui em seu devir, sempre em movimento. A subjetividade é construída em um contínuo processo da ação dos humanos no mundo. A produção de subjetividade é serializada, automatizada pela lógica do capital, mas também tem uma dimensão inventivo-criadora; a subjetivação é forma tanto de potencializar a vida quanto de mortificá-la.

As vivências, as conversas, os encontros nos corredores, o modo como o espaço do CALPSI é usado, frequentado e experimentado formam e produzem certos modos de subjetivação. Como elas se fazem? Barros (1997) defende que a formação não ocorre apenas nos espaços instituídos, como as salas de aula. A autora propõe que incluamos outra dimensão dos processos de formação, uma dimensão que se efetiva no cotidiano,

no concreto das situações vividas, formação não reduzida ao seu caráter técnico-metodológico-instrucional, mas estendida à dimensão político-ética.

A autora acredita que formar “implica um diálogo de saberes e práticas sociais que institui sujeitos de ação e objetos de trabalho, num aprendizado permanente” (BARROS, 1997, p. 209). Ancorado nessa noção, o formar é um incessante questionar de fazeres, de práticas, um constante ato analítico. Restringir a formação acadêmica à aprendizagem de técnicas e procedimentos é limitar a potência inventiva dos humanos de ousar, é restringir a capacidade dos viventes de criarem a si mesmos e ao mundo.

Barros (1997) convoca-nos também a pensar-agir sobre essa dimensão não instituída e reconhecida da formação como um importante elemento de transformação social.

Os alunos se formam e formam os outros nos encontros produzidos nos espaços do CALPSI, nos toques, nos olhares, nas discussões sobre o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), sobre luta antimanicomial, sobre psicanálise, sobre Análise Institucional (AI), sobre a reforma universitária, sobre o ato médico, sobre futebol, jogando máfia¹¹, jogando xadrez, tocando violão. O CALPSI é um espaço privilegiado de integração entre os alunos dos diferentes períodos do Curso e dos diferentes cursos da Universidade. A militância estudantil é um lugar de formação, de produção subjetiva.

Kastrup (1999), ancorada nos trabalhos de Maturana e Varela e comendo com os de Deleuze e Guattari, afirma que a subjetividade “é indissociável da ideia de produção. Produção de formas de sensibilidade, de pensamento, de ação. Produção da relação consigo mesmo e com o mundo” (KASTRUP, 1999: 176). À medida que fazemos, que praticamos, nós nos formamos e formamos o mundo, produzindo realidades. A formação ocorre de modo processual. No caso do CALPSI, essa formação se dá por meio não só de brincadeiras e festas realizadas no seu espaço, mas também de reuniões e assembleias de alunos. O estudante, ao engajar-se no Movimento Estudantil, forma-se, constitui mundos.

Análise de práticas: O Centro Acadêmico Livre de Psicologia da UFES

Que processos instituintes podemos perceber nas práticas do CALPSI? Que práticas convocam outra dimensão ético-política? Como o CALPSI se configurou para nós como um movimento que repensa personagens?

Até o momento, destacamos acontecimentos-analisadores que nos dizem de um modo ético e político do fazer do CALPSI ancorados em uma inventiva do ser. Entretanto, cabe destacar que tais acontecimentos se atualizam em meio a forças que, muitas vezes, fazem o movimento pender para modos endurecidos e instituídos de funcionamento, como, por exemplo, a dificuldade de promover a discussão quanto à reformulação do Estatuto.

O estatuto revela os princípios básicos e o modelo de organização de entidade. Nele estão contidos a filosofia, os objetivos, missão e finalidade a que se destina a entidade e, por isso, muitas vezes, ele é alvo de entraves em associações políticas e agremiações estudantis. Em uma das entrevistas realizadas, o estudante Lucas relata que “há muito anos, o estatuto já perdeu sua funcionalidade. Hoje, nos pautamos por outras práticas que nada tem a ver mais com o estatuto. Eu estou tentando fazer essa discussão, mas não consigo.”

No estatuto prescrito do CALPSI, existe a eleição direta e a composição de direção da entidade com uma presidência; no entanto, na prática, a “direção” era autogerida e poderia ser dissolvida a qualquer momento, não havia cargos definidos previamente, participava qualquer aluno que tivesse interesse e disponibilidade em assumir algum compromisso, sempre de forma provisória.

Lucas, em sua entrevista, expressa a tentativa fracassada de reformulação do estatuto por falta de participação e interesse dos demais estudantes. É provável que tal discussão estivesse descolada dos anseios e da realidade vivenciada dos alunos naquele momento. Mas por que tal questão não afetava e despertava o interesse dos demais alunos? Haveria autoritarismo por parte de “alguns” alunos na imposição de uma discussão descolada dos anseios dos estudantes?

Nossa entrada no CALPSI disparou questionamentos entre os alunos, dentre os quais a pergunta: afinal, o que é o movimento estudantil? Alguns alunos acreditavam numa perspectiva de “conscientização” dos indivíduos e solicitavam “palestras” sobre movimento estudantil, como se um “esclarecido” soubesse e fosse levar ao outro, que não sabe, seu conhecimento. O termo “conscientização”, muitas vezes presente no discurso dos alunos, indica práticas que separam aqueles que sabem daqueles que não sabem, que dissociam prática de teoria, que colocam em cena as noções de “vanguarda” e de “massas”, necessitando de um mediador, de uma mediação que interprete ou

atribua algum sentido à ação feita - característica marcante do pensamento via representação e na esquerda tradicional.

Outro desafio que o CALPSI enfrenta diz respeito ao diálogo com os professores do Curso de Psicologia, colocando em cena o velho antagonismo aluno x professor. Na entrevista realizada com uma professora, observamos a insistente presença da expressão “eles” *versus* “nós” e a incômoda distância entre alunos e professores. O mesmo pode ser constatado nos discursos dos alunos entrevistados, evidenciando que o “fazer junto” e o “fazer com” ainda é um longo caminho a ser construído, repleto de percalços.

O número ainda reduzido de participantes efetivos da Entidade em relação à quantidade total de alunos do Curso de Psicologia é mais um aspecto relevante. No período de dois anos frequentando os espaços do CALPSI, aproximadamente 400 alunos estavam matriculados regularmente. Tivemos contato ou convívio, por meio da vivência institucional, à exceção das manifestações de 2011, 2012 e 2013, com aproximadamente 50 alunos. Um índice de pouco mais de 10% do total de estudantes, o que é um indicativo de que a participação e a mobilização de um contingente maior de alunos em movimentos sociais é ainda de uma “utopia” distante. Mas afinal uma sociedade sem utopia está destinada à ruína!

Contudo, a vida se constitui nesse emaranhado de devires e atravessamentos institucionais, nesse rizomático corpo. Evidência de que não temos garantia nenhuma e “tudo pode se tornar perigoso”, e que devemos permanecer atentos às nossas condutas, às nossas práticas, ao que elas produzem.

O modo de produção capitalista produz modos de viver, de ser, de estar que enfraquecem o sonho coletivo, privatizando-o e individualizando-o. Nesse sentido, existe um esvaziamento da dimensão pública das relações entre os humanos. Todos os dias somos bombardeados com afirmações tais como “Precisamos reduzir a maioria penal”, “Esses manifestantes são baderneiros”, “Política não me interessa”, “Nada vai mudar não”, “Sou a favor da cura *gay*”, “Bom era na ditadura”, “Protestar pra quê?”, “Cada um no seu quadrado”, “Isso é coisa de preto”, “Nordestino tem que voltar de onde veio”, “Não ande nas ruas despreocupado”, “Seu vizinho pode ser um psicopata”, “Desconfie de todo mundo”, “Polícia tem que subir matando mesmo”, entre tantas outras veiculadas pela mídia ou ouvidas nas escolas, nas ruas ou nos postos de trabalho. Tais crenças e valores circulam diariamente a ponto de nos fazerem pensar: a barbárie-capitalismo não tem saída? Essas práticas semeiam a descrença e dificultam a construção de outros mundos.

Encontramos nos caminhos trilhados pelos jovens estudantes do Curso de Psicologia e militantes do CALPSI algumas pistas que nos levam a afirmar que a vida se reinventa e que a aposta no coletivo ainda é a via que precisamos privilegiar. Outros caminhos podem ser inventados. Os acontecimentos no País, ocorridos no mês de junho de 2013, levam-nos a acreditar que “outros mundos são possíveis.” O *personagem-político-em-nós* expressou-se nas ruas em diferentes manifestações e reivindicações, com diferentes cores e desejos, ecoando, de modo geral, insatisfação e rejeição ao atual sistema político brasileiro, em que as pessoas não se sentem protagonistas, facilitando a corrupção e o uso dos recursos públicos de forma privatizante.

Destacamos no início deste artigo três episódios analisadores que nos chamaram a atenção na vivência do CALPSI: a abertura da porta, *o Coletivo Planta* e as manifestações estudantis ocorridas nos dias 2 e 3 de junho de 2011 com intensa contribuição dos estudantes de Psicologia. Por que destacar esses episódios?

No período em que acompanhamos o CALPSI, muitas bandeiras foram empunhadas, algumas com maior participação dos estudantes, outras com menor participação. Algumas dessas lutas eram históricas, outras recentes. “Na natureza, há permanências, perseveranças, assim como fluxos e variações” (DELEUZE, 2006: 21), diferença e repetição. Algumas afetaram com alegria mais pessoas, outras não. O CALPSI é uma entidade de formação importante e não pode ser reduzido a uma entidade de representação burocrática. Pautou-se em discussões que tratavam de clássicas lutas dos movimentos estudantis, como a melhoria da qualidade do ensino, a segurança no Campus, a diversidade curricular e a infraestrutura adequada à promoção de encontros, discussões e debates de caráter formativo, que trataram de questões diversas, como, por exemplo, a luta antimanicomial, o gênero, as drogas, o campo e a agricultura, o valor da passagem de ônibus, os espaços urbanos, entre outras questões que pautam hoje a vida neste país e que são os problemas sociais de nosso tempo.

A preocupação com a formação é indicada pelos participantes do CALPSI. Constantemente, o tema da grade curricular e da qualidade do Curso de Psicologia ressoa em suas reuniões. As redes sociais na internet são utilizadas pela maior parte dos alunos como instrumentos para discussão de questões e temas referentes ao CALPSI, bem como questões de lazer, diversão e entretenimento. O ponto referente às redes sociais é mais um dado concreto a respeito das novas configurações dos movimentos sociais. Se, em outros tempos, as mobilizações para eventos, passeatas ou outros tipos

de manifestações ocorriam apenas de boca em boca e por panfletos, hoje elas geralmente ocorrem pelo *facebook*, pelo *twitter*, *whatsapp*, ou via *e-mail*, entre outras redes, para depois se desdobrarem nos encontros territoriais geográficos.

O espaço do CALPSI também é utilizado para recreação ou lazer entre uma aula e outra ou depois das aulas. As práticas recreativas incluem jogar cartas ou xadrez, tocar instrumentos musicais, ouvir músicas, confeccionar artesanatos e comercializar produtos em geral realizados pelos próprios alunos. Consideramos importante mencionar a questão do uso da maconha como intervenção política e recreativa pelos estudantes. Em algumas oportunidades, foi possível observar o debate sobre legalização x criminalização da maconha.

Por outro lado, insiste a questão da reformulação do Estatuto expressa na entrevista de Lucas: “*O Estatuto do CALPSI já está ultrapassado; na verdade, ele precisa ser atualizado.*” O aluno expõe a necessidade de um Estatuto que acompanhe a dinâmica das práticas do Centro. O aluno questiona um estatuto como mandamento, lei ou prescrição, pois o considera sempre desatualizado, sempre um passo atrás do vivido, do real.

Colocar em questão práticas dos movimentos estudantis, como a da direção eleita, pode caracterizar-se como um processo instituinte. Os estudantes, ao se descolarem do prescrito no Estatuto, abrem possibilidade às invenções de outros modos de lidar com a problemática dos movimentos estudantis, abrem chances a diferentes possíveis de ser-estudante, de ser-militante, de ser-jovem, de ser-velho, entre outros.

Algumas dessas práticas convocaram outro *ethos político*, outro *modo* de fazer política, atualizando ações diversas de formação nos espaços do CALPSI. Observamos que os jovens que, de alguma forma, participavam do CALPSI o faziam também pela potência dos afetos e dos encontros, pela possibilidade de estar com o outro. O *Coletivo Planta* indica parte do que dizemos. Ninguém participava por obrigação e nem por isso, de acordo com os relatos, se sentiam desobrigados, o que se constitui como um importante acontecimento aglutinador dos jovens.

Ao longo de nossa pesquisa observamos que o espaço do CALPSI foi ocupado como lugar de passagem, lugar de formação, lugar de encontros. A prática militante, nos três episódios destacados, não assumiu contornos de uma imposição moralista. O sentido político adotado nas práticas mencionadas procurava desviar-se de uma função moralizante, de uma imposição de “outro”, que dita seus dogmas.

Os protestos que assaltaram o Brasil no mês de junho de 2013, o *Occupy Wall Street*, o Zapatismo, as manifestações de 2 e 3 de junho de 2011 no Espírito Santo são movimentos singulares que têm um traço em comum – movimentos acêntricos, sem liderança definida, movimentos lateralizados, heterogêneos, específicos, compostos por diversidades minoritárias; movimentos de recusa às grandes instituições, ao sistema financeiro atual, à política tradicional, de rejeição ao sistema representativo e de produção de uma dimensão política pública e coletiva - ethos que convoca a disposição ao encontro.

O CALPSI vem forjando-se como uma entidade com lideranças provisórias, um movimento disperso, de múltiplos agenciamentos. Destituindo-se de velhas práticas ortodoxas, da representação, e experimentando a ação direta, configura-se como um movimento que se dá no meio, no processo, em rede, como um movimento instituinte que afirma uma política do cotidiano, das relações que estabelecemos nas ações vivas em ato. Não se trata de generalizar ou idealizar suas práticas, mas de dar ênfase a um determinado recorte dessas práticas, destacando o movimento efetivado para produzir outro modo de fazer política estudantil, o que não isentou o CALPSI de reproduzir, em muitas situações, velhas práticas dos movimentos sociais. O modo de operar dessas manifestações coloca sobre a mesa

[...] uma grandiosidade no menor, deliberadamente menor, sem pretensão à universal maioridade – só para contrariar Kant, ou para buscar a atitude-limite na transgressão liberadora no próprio Kant, como sinalizou Foucault – que realiza uma subjetivação liberada, um governo de si, uma ética da existência, inventando a si próprio como arte, recusando a autoridade superior e experimentando a delícia de abandonar a condição de súdito (PASSETTI, 2003, p. 60).

Em relação às manifestações e ao papel e importância do CALPSI, Gabriel¹², aluno do Curso de Psicologia, nos relata:

O CALPSI teve importante participação nos acontecimentos de junho; parte de manifestantes que saíram e foram às ruas na segunda-feira se encontraram aqui, no Centro. Teve umas três reuniões de coletivo aqui, do LGBT, de não sei mais quem... Inclusive, foi construído em meio a essas manifestações mais um coletivo, que procura aliar política a arte, e foi aqui. Só que o CALPSI contribuiu nas manifestações com questões mais específicas, não levamos grandes cartazes. Estávamos lá, por exemplo, pela questão do ato médico, da cura gay, do passe livre, da luta antimanicomial. Não levávamos grandes bandeiras. Elas são importantes, mas não queríamos ir no oba-oba e empunhar bandeiras que a direita poderia estar usando. Tinha gente ali do PSDB, tinha de tudo (Informação verbal).

Para Gabriel, o CALPSI é um centro gravitacional, várias pessoas o procuram e o têm com referência em movimento. Segundo seu relato, as mobilizações ocorreram

em grande parte pelas redes sociais, com a participação de muitas entidades: “*Não se pode dizer que aqui no Espírito Santo teve alguma que puxou o movimento, como em São Paulo, que foi o passe livre, mas elas ocorreram principalmente em apoio às manifestações sociais pelo País e é fruto de um processo, de um trabalho que já vem sendo desenvolvido há umas três gestões do CALPSI.*”

Analisando as reportagens do ano de 2011, ano em que começamos a pesquisa, observamos que as bandeiras empunhadas nesse movimento de junho, inclusive pelos estudantes do Curso de Psicologia, já destacavam a questão do passe livre e da corrupção na política brasileira.

O resgate da dimensão pública, de uma dimensão coletiva, da construção de relações lateralizadas, sem lideranças ou com lideranças provisórias viabiliza a emergência de outros personagens políticos: um personagem que indaga as instituições, o tradicional, o instituído; um personagem dinâmico, rizomático, que procura não se ater aos resultados, às formas, mas aos processos, aos caminhos; um personagem que afirma todo o tempo que política se faz no cotidiano, no concreto das ações. Os personagens que ali emergiam procuravam não herdar um conjunto de práticas que, mesmo denominadas progressistas, acabam reproduzindo velhas formas de existência; procuravam fugir de universais e generalizações; constituíam personagens minoritários, sem discursos globais.

Contudo, não podemos dizer que existe um único CALPSI. Cada aluno que o frequentou compôs um CALPSI específico e foram muitos, em tempos e em direções diferentes.

No seio de suas práticas, no âmago de sua existência, foi possível observar uma “mistura” de práticas que tanto iam na direção da invenção de mundos quanto na da reprodução de velhas práticas instituídas. Tal processo não se faz sem controvérsias e disputas.

Considerações finais

Debruçamo-nos sobre as práticas do CALPSI em um intenso mergulho em campo, vivência institucional em que vivemos o tensionamento de forças institucionais que atravessam o CALPSI. Sejam diretos: o inimigo a ser combatido, antes de tudo, são nossas práticas instituídas, habituais, naturalizadas. Os microfascismos em nós.

O CALPSI e seus modos de funcionamento levam-nos a pensar as reinvenções do(s) sujeito(s) político(s) hoje. Possibilita-nos perguntar onde estão nossos campos de

batalha e, afinal, o que e como precisamos combater, que confrontos experimentar, não nos eximindo da responsabilidade de nossas ações.

Ao nos lançarmos à análise dos movimentos estudantis brasileiros, em especial o CALPSI/UFES, desmitificamos a ideia de que há uma linearidade no movimento e de que este é homogêneo. Os movimentos estudantis foram muitos e serão muitos porque eles se constituem de sujeitos políticos que os fazem, atravessados por contingências sociais, regionais, políticas, econômicas e históricas únicas, sendo impossível universalizá-los. É impossível criar uma representação do estudante brasileiro porque ele é múltiplo, diverso e infinito.

As práticas vivenciadas em campo indicaram a presença desse *personagem-político-em-nós*, que procura reinventar-se, descolando-se de velhas práticas cristalizadas e instituídas, buscando novos caminhos e alternativas para os modos de existência do movimento estudantil e da política brasileira.

Mais do que qualquer intervenção feita no espaço do CALPSI, pela simples presença do pesquisador, esta pesquisa produziu um efeito devastador em nós. Produziu um *desfez o nó*; não um desfecho, mas um *desfez o nó*. Que *nó* é esse? É o nó que embrulha nossas práticas, o nó que separa os discursos da ação, a teoria da prática.

Nenhuma prática tem salvoconduto para ser boa ou má em si. Nossas práticas estão condicionadas pela relação que se estabelece nas circunstâncias. É preciso um olhar atento ao presente, ao que se faz. Não se têm garantias. É o efeito que a prática produz que nos vai dizer o que ela é ou deixou de ser, por uma ética, por um exercício contínuo, por um *ethos político* que nos convoque a refletir sobre o que estamos fazendo de nós, como nos chama a atenção Foucault em seus trabalhos.

Referências

- ALBUQUERQUE, Jose Augusto Guilhon. *Movimento estudantil e consciência social na América Latina: teoria e método sociológico*. São Paulo. Paz e Terra, 1977.
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada*. Novas esquerdas no Brasil e no mundo a década de 1970. Rio de Janeiro: FGV. 2000.
- _____. *Memórias estudantis 1937-2007: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Roberto Marinho, 2007.
- BARROS, Maria Elizabeth Barros de. *A transformação do cotidiano: vias de formação do educador: a experiência da administração de Vitória/ (ES) (1989-1992)*. Vitória: 1997.
- BLISSETT, Luther. *A guerrilha psíquica*. São Paulo: Conrad. 2001

- BORTOT, Ivanir Jose; GUIMARAENS, Rafael. *Abaixo a repressão!:* Movimento estudantil e as liberdades democráticas. Porto Alegre: Libretos, 2008.
- CALIARI, Hingridy Fassarella. *Um ensaio sobre a participação política da juventude brasileira.* Dissertação de Mestrado – Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.
- CANCIAN, Renato. *Movimento Estudantil e repressão política.* O ato Público na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1977) e o destino de uma geração de estudantes. São Carlos: EduFSCar, 2010.
- CARNEIRO, Maria Poletto. *Juventude e movimento estudantil: o trabalho precário dos estudantes-bolsitas da UFES.* Dissertação de mestrado. Centro de ciências jurídicas e econômicas. Universidade Federal do Espírito Santo, 2011.
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura: Educação ambiental e movimentos sociais: elementos para uma história política do campo ambiental. *Educação: Teoria e Prática* - vol. 9, nº 16 e 17, p. 46-56, 2001.
- CARVALHO, Pedro Henrique de Oliveira. *Práticas em Movimentos Sociais: Possibilidade de (re) invenção de novos personagens.* Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2013.
- CAVALARI, Rosa Maria. Feiteiro. *Os limites do movimento estudantil (1964-1980).* Dissertação de Mestrado – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas: Campinas: 1987.
- CHRISPINIANO, Jose. *A guerrilha Surreal.* São Paulo: Conrad. 2002.
- COIMBRA, Cecília Maria Bouças; LEITÃO, Maria Beatriz Sá. Fluxos de utopia ativa: movimento zapatista, direitos humanos e psicologia. In: MOURÃO, Janne Calhau. (org.) *CLÍNICA E POLÍTICA 2.* Subjetividade, direitos humanos e invenção de práticas clínicas. Rio de Janeiro: Abaquar; Grupo Tortura Nunca Mais. 2009.
- DELEUZE, Gilles. *Diferença e repetição.* São Paulo: Paz e Terra. 2006.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é a filosofia?* Rio de Janeiro: 34, 1997.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *A UNE em tempos de autoritarismo.* Rio de Janeiro: EdUFRJ. 1995.
- FORACCHI, Marialice Mencarini. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira.* São Paulo: Companhia Editora nacional, 1977.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder.* Rio de Janeiro: Graal, 2007.
- GIDDENS, Anthony. *Para além da esquerda e da direita: o futuro da política radical.* São Paulo: UNESP, 1996.
- GOHN, Maria da Glória Marcondes. *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais.* Petrópolis/RJ: Vozes, 2003a.
- _____. *História dos movimentos e lutas sociais. A construção da cidadania dos brasileiros.* São Paulo: Loyola, 2003b.
- _____. *Teoria dos Movimentos sociais. Paradigmas Clássicos e contemporâneos.* São Paulo: Loyola. 2008.

- GOSS, Karine P; PRUDENCIO, Kelly. O conceito dos movimentos sociais revisitado. *Tese*. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol. 2, nº1, p. 75-91. 2004.
- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: Cartografias do desejo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- HARVEY, David. et al. *Ocuppy – movimentos de protestos que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2012.
- KASTRUP, Virgínia. *A invenção de si e do mundo: uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição*. Campinas, SP: Papyrus, 1999.
- KLEIN, Naomi. *Sem Logo: a tirania das marcas de um planeta vendido*. Rio de Janeiro. Record. 2002.
- LOURAU, René. *René Lourau na UERJ: Análise Institucional e práticas de pesquisa*. RJ: Nape-UERJ, 1993.
- LUDD, Ned. *Urgência das ruas: Black Block, Reclaim the Street e os Dias de Ação Global*. São Paulo. Ed. Conrad. 2002.
- MACHADO, Leila Domingues.; LAVRADOR, Maria Cristina Campello. As políticas que incidem sobre a vida. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 10, n. 1, 2010.
- MARTINS FILHO, João Roberto. *1968. A rebelião estudantil: México, França, Brasil*. Campinas. Mercado de Letras. 1996.
- MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente: Movimentos Sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis, Ed. Vozes. 2001.
- MONCEAU, Gilles. Implicação, Sobre Implicação e Implicação Profissional. *Fractal Revista de Psicologia*, v. 20. n -1, p. 19-26, jan/jun. 2008.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Assim falou Zaratustra*. São Paulo: Martin Claret. 1999.
- PASSETTI, Edson. *Anarquismos e sociedade de controle*. São Paulo: Cortez. 2003.
- PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (Org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre, RS: Sulina, 2012.
- POERNER, Arthur Jose. *O poder jovem: história da participação dos estudantes brasileiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de Sá. *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993.
- RODRIGUES, Heliana de Barros Conde. “Sejamos realistas tentemos o impossível” - desencaminhando a Psicologia através da Análise Institucional. Em: JACÓ-VILELA, Ana Maria; FERREIRA, Arthur Arruda Leal; PORTUGAL, Francisco Teixeira. (orgs). *História da psicologia: rumos e percursos*. Rio de Janeiro: Nau, 2010.
- ROLNIK, Suely. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. São Paulo: estação liberdade, 1989.

- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SADER, Emir. *Movimentos sociais na transição democrática*. São Paulo: Cortez, 1987.
- SADER, Emir. Crise hegemônica na América Latina. *Revista Em Pauta*. Faculdade de Serviço Social do Estado do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro: Editora Revan, n. 19, p. 15-26, 2007.
- SHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, 2006, p. 109-130.
- SOARES, Glaucio Ary Dillon Ideologia e participação política estudantil. In: BRITO, S de. (Org.). *Sociologia da Juventude*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1968. V.1.
- SPINOZA, Baruch. *Ética*. Belo Horizonte. Autêntica, 2010.
- TOURAINÉ, Alain. Na fronteira dos movimentos sociais. *Sociedade e Estado*, Dossiê Movimentos Sociais, Brasília, 2006, v. 21, n. 1, p. 17-28.

Pedro Henrique de Oliveira Carvalho.
Mestre em Psicologia Institucional pela Universidade Federal do Espírito Santo.
E-mail: pedrohenriquecarvalho88@gmail.com

Maria Elizabeth Barros de Barros
Professora Doutora na Universidade Federal do Espírito Santo.
E-mail: betebarros@uol.com.br

¹ Estamos nos referindo a uma esquerda tradicionalista que acredita que resistência ou luta de classes se limita aos espaços convencionais da política, aos espaços destinados aos partidos políticos, a uma esquerda carrancuda, triste, que separa diversão, prazer e alegria de política, esquerda que foi parte de nossa experiência na militância política e estudantil.

² Foi criado na dissertação de mestrado um personagem conceitual, a partir das reflexões de Deleuze e Guattari, que se chamava *pescador mineiro*, personagem que incorporou os conceitos e atravessou o processo da escrita acadêmica. Um clássico personagem conceitual que podemos citar é o *Zarathustra* de Nietzsche.

³ Para a Análise Institucional, os períodos quentes se referem aos períodos de intensa agitação social. Os períodos frios seriam aqueles de refluxo, de marasmo, de contração dos movimentos sociais. Nos períodos frios, as atividades dos analistas institucionais se intensificam; nos períodos quentes, elas se tornam desnecessárias porque as atividades dos movimentos de deflagração de processos se tornam analisadoras por si (RODRIGUES, 2010).

⁴ Pseudônimo.

⁵ Trecho de entrevista concedida pela professora Helena em maio de 2012.

⁶ Pseudônimo.

⁷ Trecho de entrevista concedida pelo aluno Lucas, do Curso de Psicologia, entre o final de 2011 e meados de 2012.

⁸ O tema da autogestão é proveniente da Análise Institucional de linhagem francesa e fruto de intensos debates nos textos de René Lourau e Georges Lapassade, Barenblitt, e Guattari. Para Monceau, a autogestão “permite analisar as instituições e seus modos de gerenciamento instituídos e burocratizados [...] inventando outras formas de direção, não se submetendo àquelas vigentes [...] procurando [...] provocar certa ruptura no instituído” (2008: 20).

⁹ Pseudônimo.

¹⁰ Trecho de entrevista concedida pelo ex-aluno Antônio, do Curso de Psicologia da UFES, doutorando em Educação, em meados de 2012.

¹¹ Brincadeira frequente entre os alunos de psicologia no período da pesquisa, com uso de cartas, em que os participantes se dividem entre cidadãos e mafiosos, cujo objetivo é eliminar o máximo de adversários.

¹² Pseudônimo. Entrevista concedida em meados de 2013.